CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA MINAS GERAIS

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA - 4ª REGIÃO

ATA DE REUNIÃO PLENÁRIA

ATA DA 26ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CRP-MG – XVIII PLENÁRIO, REALIZADA EM 19 DE SETEMBRO DE 2026

Aos dezenove dias do mês de setembro de dois mil e vinte e seis, com início às nove horas e trinta minutos, realizou-se a 26ª Reunião Plenária Ordinária do XVIII Plenário do Conselho Regional de Psicologia da 4ª Região - Minas Gerais. Estiveram presentes as(os) Conselheiras(os) Efetivas(os): André Luiz Moreno da Silva, Andressa Moreira Antunes, Cíntia Coelho dos Santos, em participação remota, Daniel dos Santos Saldanha de Freitas Camilo, Edilson Felipe Domingues, Fabiana Alcântara Santos da Conceição, Aline Beatriz Alvarenga Albino Vaz, João Paulo da Silva Morais, José Alberto Manoel dos Santos, Laura Costa Lobo, Lucas Fernandes Ayres Pinto, André Correa Ferreira, Nayara Priscila Koda Teixeira, Sara Edith Souza de Assis Leão e Tobias de Medeiros Chaves Ferreira. Estiveram presentes as(os) Conselheiras(os) Suplentes: Bruno Stefani Ferreira de Oliveira, Clarissa Assis Pereira Gomes, Fernanda Coelho dos Santos Moreira, em participação remota, João Carlos da Silva Batista, Juliana Mendes Alves, Patrícia de Fátima Pantaleão, em participação remota, e Samantha Alves Pereira de Souza. Foram registradas as **justificativas de ausência** de Aline Arantes Porto, Ana Clara Gomes Braga, Ângela Maria Valentim Gonçalves, Juliana Nassau Fernandes e Kátia Regina Beal Rodrigues. PAUTAS: Comissão Ética: O conselheiro Tobias de Medeiros Chaves Ferreira assumiu a condução técnica dos relatórios de admissibilidade e julgamentos em bloco do expediente ético. 000014/2025-27: Parecer fundamentado com proposta de instauração do processo ético. **Deliberação**: Aberto para manifestação das(os) Conselheiras(os) Suplentes todos os presentes deram anuência quanto a proposta de instauração do processo investigativo. Aberto para votação (aos) Conselheiras(os) Efetivas(os) aprovaram por 12 (doze) votos favoráveis e 3 (três) abstenções, sendo elas do Cons. André Ferreira (membro da COE e leitor do caso), do Cons. Daniel Freitas (membro da COE e leitor do caso) e do Cons. Tobias Ferreira (presidente da COE e leitor do caso). 000116/2023-81: Parecer fundamentado com proposta de instauração do processo ético. **Deliberação**: Aberto para manifestação das(os) Conselheiras(os) Suplentes todos os presentes deram anuência quanto a proposta de instauração do processo investigativo. Aberto para votação (aos) Conselheiras(os) Efetivas(os) aprovaram por 12 (doze) votos favoráveis e 3 (três) abstenções, sendo elas do Cons. André Ferreira (membro da COE e leitor do caso), do Cons. Daniel Freitas (membro da COE e leitor do caso) e do Cons. Tobias Ferreira (presidente da COE e leitor do caso). 000100/2024-59: Parecer fundamentado com proposta de arquivamento do processo ético. **Deliberação**: Aberto para manifestação das(os) Conselheiras(os) Suplentes todos os presentes deram anuência quanto a proposta de arquivamento do processo investigativo. Aberto para votação (aos) Conselheiras(os) Efetivas(os) aprovaram por 12 (doze) votos favoráveis e 3 (três) abstenções, sendo elas do Cons. André Ferreira (membro da COE e leitor do caso), do Cons. Daniel Freitas (membro da COE e leitor do caso) e do Cons. Tobias Ferreira (presidente da COE e leitor do caso). 000020/2026-62: Parecer fundamentado com proposta de instauração do processo discplinar. **Deliberação**: Aberto para manifestação das(os) Conselheiras(os) Suplentes todos os presentes deram anuência quanto a proposta de instauração do processo disciplinar. Aberto para votação (aos) Conselheiras(os) Efetivas(os) aprovaram por 12 (doze) votos favoráveis e 3 (três) abstenções, sendo elas do Cons. André Ferreira (membro da COE e leitor do caso), do Cons. Daniel Freitas (membro da COE e leitor do caso) e do Cons. Tobias Ferreira (presidente da COE e leitor do caso). 000148/2026-24: Parecer fundamentado com proposta de arquivamento do processo investigativo funcional. **Deliberação**: Aberto para manifestação das(os) Conselheiras(os) Suplentes todos os presentes deram anuência quanto a proposta de arquivamento do processo investigativo funcional. Aberto para votação (aos) Conselheiras(os) Efetivas(os) aprovaram por 12 (doze) votos favoráveis e 3 (três) abstenções, sendo elas do Cons. André Ferreira (membro da COE e leitor do caso), do Cons. Daniel Freitas (membro da COE e leitor do caso) e

do Cons. Tobias Ferreira (presidente da COE e leitor do caso). 000149/2026-79: Parecer fundamentado com proposta de arquivamento do processo investigativo funcional. **Deliberação**: Aberto para manifestação das(os) Conselheiras(os) Suplentes todos os presentes deram anuência quanto a proposta de arquivamento do processo investigativo funcional. Aberto para votação (aos) Conselheiras(os) Efetivas(os) aprovaram por 12 (doze) votos favoráveis e 3 (três) abstenções, sendo elas do Cons. André Ferreira (membro da COE e leitor do caso), do Cons. Daniel Freitas (membro da COE e leitor do caso) e do Cons. Tobias Ferreira (presidente da COE e leitor do caso). 000006/2025-81: Parecer fundamentado com proposta de arquivamento do processo Liminar. **Deliberação**: Aberto para manifestação das(os) Conselheiras(os) Suplentes, 6 deram anuência quanto a proposta de arquivamento do processo investigativo. Aberto para votação (aos) Conselheiras(os) Efetivas(os) aprovaram por 11 (onze) votos favoráveis. 3 (três) abstenções, sendo elas do Cons. André Ferreira (membro da COE e leitor do caso), do Cons. Daniel Freitas (membro da COE e leitor do caso) e do Cons. Tobias Ferreira (presidente da COE e leitor do caso), 1 (um) impedimento, sendo Andressa Moreira Antunes. 000179/2025-07 O processo mencionado, refere-se à representação formulada contra profissional. Durante a discussão, foram levantadas dúvidas que diante da situação relatada, especialmente responsabilidades éticas decorrentes do atendimento. Considerando os questionamentos apresentados e a necessidade de análise mais detalhada dos elementos do processo, foi proposta sua retirada da pauta, com indicação da conselheira Samantha Alves Pereira de Souza para examinar os autos e apresentar sua avaliação ao Plenário. **Deliberação**: O Plenário acolheu a proposta de retirada do processo da pauta, ficando a conselheira Samantha Alves Pereira de Souza responsável pela análise dos autos e pela apresentação de sua manifestação na reunião plenária seguinte. Aberta a manifestação das(os) Conselheiras(os) Suplentes, todas(os) as(os) presentes manifestaram anuência à proposta a solicitação de vista a todo o processo. Submetida a matéria à votação, as(os) 15 (quinze) votos favoráveis, 0 (zero) votos contrários e 0 (zero) abstenções de vista ao processo. 000164/2025-31: Parecer fundamentado com proposta de arquivamento do processo liminar. **Deliberação**: Aberto para manifestação das(os) Conselheiras(os) Suplentes todos os presentes deram anuência quanto a proposta de arquivamento do processo liminar. Aberto para votação (aos) Conselheiras(os) Efetivas(os) aprovaram por 12 (doze) votos favoráveis e 3 (três) abstenções, sendo elas do Cons. André Ferreira (membro da COE e leitor do caso), do Cons. Daniel Freitas (membro da COE e leitor do caso) e do Cons. Tobias Ferreira (presidente da COE e leitor do caso). Defensor Dativo: O Conselheiro Tobias de Medeiros Chaves Ferreira findando os trabalho da COE, apreseou a plenária o último assunto relacionado à Comissão de Orientação e Ética (COE), foi informada a dificuldade de comunicação com profissional, que exercia a função de defensor dativo no âmbito do CRP-MG. Conforme relatado, o profissional deixou de responder às mensagens e às solicitações de contato encaminhadas pela Comissão, dificultando a continuidade das atividades relacionadas à sua atuação. Diante da situação, foi apresentada proposta de destituição do profissional da função de defensor dativo. 2) Registro Profissionais com Documentação Falsa e Criação de Grupo de Trabalho: O conselheiro André Correa Ferreira apresentou panorama sobre o aumento de pedidos de inscrição instruídos com diplomas ou declarações falsas, o fluxo de conferência documental realizado pelo Setor de Registro, as dificuldades de validação de documentos sem mecanismo digital de autenticação, a ausência de integração nacional entre os Conselhos Regionais e os encaminhamentos realizados à Polícia Federal. Registrou-se a necessidade de qualificar os procedimentos internos, articular soluções com o Conselho Federal de Psicologia, instituições de ensino e outros conselhos profissionais e avaliar medidas de prevenção, controle e compartilhamento de informações. **Deliberação**: O Plenário aprovou a criação de Grupo de Trabalho destinado a analisar os casos de pedidos de inscrição instruídos com diplomas, declarações ou outros documentos falsos, bem como a propor o aprimoramento dos procedimentos de conferência, prevenção, controle e encaminhamento dessas ocorrências. Deliberou-se pela indicação da Empregada Pública, Supervisora Administrativa Arlene Souza Gonsalves Kimo, Conselheiro Bruno Stefani Ferreira de Oliveira e quanto ao terceiro membro, será indicado pelas conselheiras Sara Edith Souza de Assis Leão e Nayara Priscila Koda Teixeira para integrar o Grupo de Trabalho e contribuir para a elaboração do respectivo plano de trabalho. O grupo deverá articular-se com o Conselho Federal de Psicologia, os demais Conselhos Regionais, as instituições de ensino, outros conselhos profissionais e os órgãos competentes, visando ao compartilhamento de informações e à construção de procedimentos institucionais integrados. A composição completa e o plano de trabalho deverão ser posteriormente formalizados. Deliberou-se, ainda, que a matéria será estruturada como proposta a ser apresentada pelo CRP-MG à Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças – APAF de 2027 (dois mil e vinte e sete). Aberta a manifestação das(os) Conselheiras(os) Suplentes, todas(os) as(os) presentes manifestaram anuência à proposta de criação do Grupo de Trabalho.

Submetida a matéria à votação, as(os) 15 (quinze) votos favoráveis, 0 (zero) votos contrários e 0 (zero) abstenções a criação do Grupo de Trabalho. -3) Distribuição de Relatorias de Processos Éticos: O conselheiro Tobias de Medeiros Chaves Ferreira apresentou para debate a necessidade de tornar a distribuição de relatorias mais previsível, equilibrada e compatível com a capacidade de trabalho das(os) conselheiras(os), sem comprometer a celeridade dos julgamentos. Foram apresentadas duas propostas: a primeira, baseada em ordem prévia organizada em planilha, com possibilidade de ajustes por afinidade técnica e trocas entre relatoras(es); e a segunda, fundada exclusivamente na manifestação de interesse durante a reunião. **Deliberação**: Aprovada a proposta nº 1 (um), consistente na utilização da planilha da comissão de ética para organizar previamente a ordem das(os) futuras(os) relatoras(es) por mês, considerando, em segundo plano, a afinidade técnica e admitindo trocas de processos ou datas entre as(os) conselheiras(os). Aberto para manifestação das(os) Conselheiras(os) Suplentes todos os presentes deram anuência quanto a proposta a proposta nº 1 (um), consistente na utilização da planilha da Comissão de Instrução para organizar previamente a ordem das(os) futuras(os) relatoras(es) por mês. Aberto para votação às(aos) Conselheiras(os) Efetivas(os) presentes votaram 13 (treze) votos favoráveis, 0 (zero) votos contrários e 2 (duas) abstenções, Edilson Felipe Domingues e Fernanda Coelho dos Santos Moreira a proposta nº 1 (um), consistente na utilização da planilha da Comissão de Instrução. -4) Recondução da Diretoria: O presidente André comunicou à plenária que em cumprimento à previsão regimental de eleição da Diretoria no mês de setembro, foi aberta a possibilidade de apresentação de candidaturas, remanejamento de cargos ou formação de nova composição. Não houve manifestação de interesse em alteração. **Deliberação**: Aprovada, por consenso, a manutenção da Diretoria composta por André Luiz Moreno da Silva, Conselheiro Presidente; Lucas Fernandes Ayres Pinto, Conselheiro Vice-Presidente; Fabiana Alcântara Santos da Conceição, Conselheira Tesoureira; e José Alberto Manoel dos Santos, Conselheiro Secretário. Aberto para votação às(aos) Conselheiras(os) Efetivas(os) presentes votaram 15 (quinze) votos favoráveis, 0 (zero) votos contrários e 0 (zero) abstenções a proposta de manutenção da atual diretoria. 5) Vazamento de Dados e Tentativa de Fraude : O presidente André Moreno reiterou a plenária o recebimento, por profissionais, de mensagens fraudulentas contendo dados pessoais e profissionais e links para pagamento. A Gerência de Comunicação reforçou os alertas institucionais à categoria, e o CRP-MG oficiou o Conselho Federal de Psicologia para solicitar esclarecimentos sobre a origem do incidente e as providências adotadas. Registrou-se que a hipótese preliminar compartilhada entre os Conselhos não atribuía o episódio, de forma conclusiva, ao sistema BRC. O Plenário tomou ciência das providências já adotadas e determinou o acompanhamento da resposta formal do Conselho Federal de Psicologia, com manutenção das ações de comunicação preventiva à categoria. 6) Informe da Comunicação: A conselheira Andressa Moreira Antunes apresentou o diagnóstico inicial da área de Comunicação, com registro de avanços na organização da equipe, necessidade de capacitação, aperfeiçoamento de fluxos e reposicionamento estratégico do CRP-MG perante a imprensa e a sociedade. Foram mencionadas a ampliação do relacionamento com veículos de comunicação, a consolidação do Conselho como referência pública em saúde mental, a estruturação de campanhas permanentes e a valorização da produção e da trajetória de profissionais de Minas Gerais. Também se discutiu a possibilidade de contratação de apoio especializado em marketing e o mapeamento de necessidades de formação da equipe. O Plenário tomou ciência do informe e manifestou concordância com a continuidade do trabalho de reorganização e planejamento da Comunicação. -7) Folga de Empregada: A conselheira Andressa Moreira Antunes apresentou a solicitação de quatro dias de folga formulada por empregada que, durante período determinado, acumulou atribuições de sua função com responsabilidades de gestão. O Plenário discutiu os princípios de isonomia, segurança jurídica, competência administrativa e a necessidade de definição de fluxo aplicável a situações semelhantes. **Deliberação**: A matéria não foi decidida diretamente pelo Plenário. Deliberou-se pelo encaminhamento da solicitação à Gerência de Gestão de Pessoas e à Assessoria Jurídica para análise e manifestação, com posterior apreciação pela Diretoria. Submetida a matéria à votação, as(os) 15 (quinze) votos favoráveis, 0 (zero) votos contrários e 0 (zero) abstenções ao encaminhamento ao setor jurídico e ao departamento de pessoas -8) Comissão Editorial e Publicações Institucional: A conselheira Andressa Moreira Antunes apresentou a necessidade de recomposição da Comissão Editorial para viabilizar a análise das publicações institucionais, inclusive livros e revista. Também se registrou que, diante do estágio do planejamento e da capacidade operacional da Comunicação, não havia tempo hábil para garantir edição anual da revista em 2026 (dois mil e vinte e seis). Foram discutidos meios alternativos de divulgação, inclusive canais digitais e comunicação por aplicativo de mensagens. **Deliberação**: Aprovada a recomposição da Comissão Editorial com participação das(os) Conselheiras(os) Bruno Stefani Ferreira de Oliveira, Clarissa Assis Pereira Gomes e Cíntia Coelho

dos Santos. Quanto à revista, registrou-se a impossibilidade material de publicação no exercício de 2026 (dois mil e vinte e seis), devendo a Gerência de Comunicação avaliar alternativas e apresentar planejamento futuro. Aberta a manifestação das(os) Conselheiras(os) Suplentes, todas(os) as(os) presentes manifestaram anuência à proposta de recomposição da Comissão Editorial e Publicações. Submetida a matéria à votação, as(os) 15 (quinze) votos favoráveis, 0 (zero) votos contrários e 0 (zero) abstenções à recomposição. -9) Coordenação da Comissão de Temas Emergenciais: A conselheira Aline Beatriz Alvarenga Albino Vaz submeteu a plenária à apreciação a indicação de Natasha Gontijo para a coordenação da Comissão de Temas Emergentes. **Deliberação**: Aprovada a indicação de Natasha Gontijo como coordenadora da Comissão de Temas Emergentes, mantendo-se a respectiva conselheira de referência. Submetida, anuência dos conselheiros suplentes, a matéria à votação, as(os) 15 (quinze) votos favoráveis, 0 (zero) votos contrários e 0 (zero) abstenções a indicação da Natasha Gontijo como coordenadora da Comissão de Temas Emergentes. -10) Resultado do Edital de Patrocínio e Nova Chamada: O conselheiro Bruno Stefani Ferreira de Oliveira apresentou o resultado do chamamento público de patrocínio, que recebeu 33 (trinta e três) propostas. Destas, 12 (doze) foram habilitadas, 11 (onze) aprovadas e 1 (uma) desclassificada, totalizando R$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais) em patrocínios aprovados. Debateu-se a necessidade de ampla divulgação dos resultados, orientação às instituições proponentes e aproveitamento do saldo remanescente. **Deliberação**: Aprovados o resultado do chamamento e a abertura de nova chamada com utilização do saldo remanescente, observados o regulamento, a disponibilidade orçamentária e cronograma próprio. Submetida, com anuência dos conselheiros suplentes, a matéria à votação, as(os) 15 (quinze) votos favoráveis, 0 (zero) votos contrários e 0 (zero) abstenções a novo chamamento de edital de patrocínio. -11) Alteração da Presidência da Comissão Permanente de Direitos Humanos: A Conselheira Cíntia Coelho dos Santos comunicou a necessidade de deixar a Presidência da Comissão Permanente de Direitos Humanos, permanecendo como integrante, e apresentou a indicação do Conselheiro João Paulo da Silva Morais para assumir a função. **Deliberação**: Aprovada a indicação do Conselheiro João Paulo da Silva Morais para a Presidência da Comissão Permanente de Direitos Humanos, com permanência da Conselheira Cíntia Coelho dos Santos como integrante da Comissão. Submetida, com anuência dos conselheiros suplentes, a matéria à votação, as(os) 15 (quinze) votos favoráveis, 0 (zero) votos contrários e 0 (zero) abstenções a mudança de presidência. 12) Acordão do Tribunal de Contas da União sobre Convênios, Patrocínios e Bolsas: O gerente geral, Rodrigo Oliveira, apresentou ao plenário os principais aspectos de decisão do Tribunal de Contas da União relativa à concessão de apoios por conselhos profissionais, com destaque para os deveres de isonomia, motivação, transparência, vínculo com as atividades finalísticas e prestação de contas. A discussão reforçou a necessidade de adequada documentação das representações institucionais e das despesas públicas. O Plenário tomou ciência do conteúdo e reiterou que a Secretaria de Apoio à Gestão deverá orientar sistematicamente as(os) conselheiras(os) sobre o preenchimento tempestivo e completo dos relatórios de participação institucional e a apresentação dos respectivos comprovantes, para fins de registro, prestação de contas e atendimento aos órgãos de controle. -13) Projeto CRP de Portas Abertas: A conselheira Cíntia Coelho dos Santos apresentou a proposta destinada à aproximação do Conselho com a categoria por meio de rodas de conversa e atividades presenciais promovidas pelas comissões temáticas, na sede, nas subsedes e em municípios que não contam com unidade do CRP-MG. Discutiram-se a identificação das demandas locais, a articulação com instituições parceiras, a otimização de deslocamentos já programados e a elaboração de calendário capaz de contemplar as diferentes regiões do Estado. **Deliberação**: Aprovada a continuidade da elaboração do Projeto CRP de Portas Abertas. A proposta detalhada, com objetivos, critérios territoriais, parceiros, cronograma, responsáveis e estimativa de custos, deverá ser apresentada posteriormente para apreciação institucional. Submetida, com anuência dos conselheiros suplentes, a matéria à votação, as(os) 15 (quinze) votos favoráveis, 0 (zero) votos contrários e 0 (zero) a criação do Projeto CRP Portas Abertas. 14) Coordenação Compartilhada de Comissões-Psicologia Hospitalar: Foi proposta a formalização de convite à Professora Eunice Miranda, já integrante da Comissão, para atuar também na coordenação, considerando sua contribuição à organização de materiais, revisão de notas técnicas e resposta às demandas de orientação e fiscalização. **Deliberação**: Aprovado o convite, condicionado à confirmação da viabilidade administrativa e normativa da coordenação compartilhada. Não havendo impedimento, a colaboradora deverá ser formalmente designada. Submetida, com anuência dos conselheiros suplentes, a matéria à votação, as(os) 15 (quinze) votos favoráveis, 0 (zero) votos contrários e 0 (zero) da coordenação compartilhada. Comissão de Análise para Concessão do Registro de Psicóloga Especialista (CARPE): O Conselheiro Efetivo Edilson Felipe Domingues apresentou os relatórios de requerimentos de registro de especialista da CARPE, constantes

dos documentos SEI nº 3076928 e nº 3080908. Foram apresentados 20 (vinte) requerimentos **deferidos**: Alessandra de Almeida Caetano (Psicologia de Tráfego), Andrine Silva Figueiredo (Neuropsicologia), Bruno Jose Araújo de Resende (Psicologia de Tráfego), Dalcira Pereira Ferrão (Psicologia Clínica), Fabrícia Rodrigues Malaquia (Psicologia Escolar e Educacional), Fabrícia Rodrigues Malaquia (Psicologia em Saúde), Gabriel Morais Lopes (Psicologia de Tráfego), Janaína Gonçalves Rufino (Psicologia de Tráfego), Julia Aguiar Pomarico (Psicologia Hospitalar), Melissa Abade Guimarães (Neuropsicologia), Nayla Queiroz de Paula e Silva (Psicologia Clínica), Pâmela Aparecida Ferreira (Neuropsicologia), Paulo Henrique Reis Costa (Psicologia Escolar e Educacional), Paulo José de Andrade (Psicologia em Saúde), Paulo José de Andrade (Psicologia Clínica), Rafael Gonçalves Dias (Psicologia Jurídica), Scarleth Rodrigues Vieira (Psicologia Social), Tamiris Aguiar Faria Franco (Psicologia de Tráfego), Viviane Martins Gonçalves (Psicologia de Tráfego) e William Reis da Silva (Psicologia Social). Foram apresentados 25 (vinte e cinco) requerimentos **indeferidos**: Amanda Moreira Almeida Coelho (Psicologia Clínica), Andressa Priscilla Campos de Oliveira Nunes (Neuropsicologia), Carla Andrea Ribeiro (Psicologia Clínica), Cleine Cristine de Oliveira Silva (Psicopedagogia), Cleine Cristine de Oliveira Silva (Neuropsicologia), Elane Salete Simões Neves (Neuropsicologia), Eliane Mota Ribeiro (Neuropsicologia), Elizabeth Angela Santos de Souza (Neuropsicologia), Gabriela Fernanda Costa de Oliveira (Psicologia em Saúde), Gabriela Fernanda Costa de Oliveira (Psicologia Social), Gilberto do Carmo Solano (Psicologia Clínica), Ingride Demarciana Maura da Silva Cardoso (Neuropsicologia), Jéssica Cristina da Silva (Psicologia Clínica), Maria da Consolação Oliveira (Psicologia Escolar e Educacional), Marise Aparecida Reis Grossi (Neuropsicologia), Natalia Soares de Souza (Neuropsicologia), Patricia Araujo de Oliveira Gomes Lima (Psicologia de Tráfego), Patrícia Teixeira da Costa (Neuropsicologia), Paula Fernanda do Amaral Santos (Neuropsicologia), Raquel do Carmo Moreira (Psicologia Jurídica), Silvania Fernandes Ribeiro (Neuropsicologia), Talita Jovanholi Ribeiro (Psicologia de Tráfego), Talita Jovanholi Ribeiro (Neuropsicologia), Thulio de Souza Barroso (Psicologia Clínica) e Vívian Ulisses Barbosa Godinho (Psicologia Hospitalar). **Deliberação**: As(os) Conselheiras(os) Suplentes manifestaram anuência aos relatórios. Submetida a matéria à votação, as(os) Conselheiras(os) Efetivas(os) presentes aprovaram, por unanimidade, com 15 (quinze) votos favoráveis, a homologação do deferimento de 20 (vinte) requerimentos de registro de especialista e do indeferimento de 25 (vinte e cinco) requerimentos, pelos motivos apresentados pela CARPE, relativos ao não atendimento dos requisitos da Resolução CFP nº 23/2022. -15) Fluxo Técnico-Político para APAF: Foi apresentada pela conselheira Nayara Koda a proposta de aperfeiçoamento da preparação institucional para a Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças, especialmente quanto a notas técnicas e matérias com impacto direto sobre a orientação e a fiscalização profissional. Discutiu-se a necessidade de receber antecipadamente os pontos, identificar prioridades, promover análise técnica pelas áreas competentes, articular posicionamentos com outros Conselhos Regionais e subsidiar a decisão político-institucional das(os) representantes. -16) Transparência e Individualização dos Votos na APAF: O presidente André Moreno apresentou à plenária a impossibilidade de identificar, nos registros atualmente disponibilizados, como cada Conselho Regional ou representante votou nas propostas apreciadas pela APAF. O Plenário ressaltou que a individualização dos votos fortalece a transparência, a memória institucional, a prestação de contas e o controle social. **Deliberação**: Aprovado o encaminhamento de ofício ao Conselho Federal de Psicologia solicitando o aprimoramento do sistema de votação e a publicidade individualizada dos votos dos Conselhos Regionais e de suas representações. Submetida a matéria à votação, as(os) Conselheiras(os) Efetivas(os) presentes aprovaram, por unanimidade, com 15 (quinze) votos favoráveis, 0 (zero) votos contrários e 0 (zero) a solicitação de maior transparência de votos na APAF. -17) Competências Associadas aos Títulos de Especialista: O Presidente André Moreno, levou a discussão da plenária a necessidade de aperfeiçoar os critérios para concessão de títulos de especialista, incluindo a possibilidade de avaliação de competências específicas para cada especialidade e de criação da especialidade em Psicoterapia. Foram abordadas a complexidade técnica da proposta, a necessidade de articulação nacional e a experiência de entidades que já adotam avaliações específicas. Isso posto, a plenária acolheu a apresentação do presidente. -18) Contrato de Prestação de Serviços Psicológicos: O conselheiro Tobias de Medeiros Chaves Ferreira apresentou a proposta de revisão das orientações sobre contratação de serviços psicológicos, com preferência pela forma escrita e admissão da forma verbal em situações justificadas. O debate considerou a proteção de profissionais e usuárias(os), a comprovação das condições do serviço, os impactos fiscalizatórios e as diferenças entre áreas de atuação. Também foi sugerida a disponibilização, no site institucional, de modelos editáveis de contratos e documentos psicológicos, acompanhada de ação orientava à categoria. A plenária acolheu a exposição do conselheiro. -19) Jeton para Reuniões da

Comissão de Ética E Relatorias: O conselheiro Tobias de Medeiros Chaves Ferreira apresentou a carga de trabalho das(os) conselheiras(os) que integram a Comissão de Ética, incluindo reuniões colegiadas, audiências, análise de documentos e elaboração de pareceres. Debateu-se a possibilidade de reconhecimento dessas atividades por meio de jeton ou outra verba indenizatória, diante da duração e do caráter colegiado das reuniões, bem como os limites da regulamentação vigente. **Deliberação**: Aprovada a elaboração de ponto de pauta para a APAF, com fundamentação técnica e jurídica, solicitando análise expressa sobre a possibilidade de pagamento de jeton às(aos) integrantes da Comissão de Ética e às(aos) relatoras(es) de processos. A Assessoria Jurídica deverá apoiar a formulação final da proposta. Submetida a matéria à votação, com anuência das(os) Conselheiras(os) Efetivas(os)as(os) suplentes, as Conselheiras(os) Efetivas(os) presentes aprovaram, por unanimidade, com 15 (quinze) votos favoráveis, 0 (zero) votos contrários e 0 (zero) a solicitação da proposta na APAF. Modalidade da Próxima Reunião Plenária: Diante do volume de viagens institucionais, do impacto orçamentário e do desgaste decorrente dos deslocamentos, foi proposta a realização remota da reunião plenária subsequente. **Deliberação**: Aprovada a realização da próxima Reunião Plenária Ordinária em modalidade on-line. Submetida a matéria à votação, com anuência das(os) Conselheiras(os) Efetivas(os)as(os) suplentes, as Conselheiras(os) Efetivas(os) presentes aprovaram, por unanimidade, com 15 (quinze) votos favoráveis, 0 (zero) votos contrários e 0 (zero) a reunião de outubro ser plenamente remota. -21) Prescrição e Parcelamentos Excepcionais de Débitos: O Gerente Geral, Rodrigo Oliveira, apresentou processos administrativos relativos a prescrição e parcelamentos excepcionais de anuidades, instruídos com manifestações das áreas financeira e jurídica. No processo 000158/2026-10 registrou-se a incidência da prescrição sobre as anuidades de 1997 (mil novecentos e noventa e sete) a 2011 (dois mil e onze) e a cobrança tempestiva da anuidade de 2012 (dois mil e doze). **Deliberação**: O Plenário aprovou o parecer jurídico, reconhecendo a prescrição das anuidades de 1997 (mil novecentos e noventa e sete) a 2011 (dois mil e onze) e mantendo a cobrança da anuidade de 2012 (dois mil e doze). Submetida a matéria à votação, foi aprovada por 15 (quinze) votos favoráveis, 0 (zero) votos contrários e 0 (zero) abstenções. 000161/2026-25: Pedido de parcelamento excepcional de débitos, acompanhado das manifestações das áreas competentes e de parecer favorável à solicitação de pedido de parcelamento excepcional de débitos, acompanhado das manifestações das áreas competentes e de parecer favorável à solicitação. **Deliberação:** O Plenário aprovou o parecer favorável ao parcelamento excepcional, observadas as condições administrativas e financeiras estabelecidas nos autos. Submetida a matéria à votação, foi aprovada por 15 (quinze) votos favoráveis, 0 (zero) votos contrários e 0 (zero) abstenções. 000167/2026-01: Foi apresentado o pedido de parcelamento excepcional de débitos, acompanhado das manifestações das áreas competentes e de parecer favorável à solicitação. **Deliberação:** O Plenário aprovou o parecer favorável ao parcelamento excepcional, observadas as condições administrativas e financeiras estabelecidas nos autos. Submetida a matéria à votação, foi aprovada por 15 (quinze) votos favoráveis, 0 (zero) votos contrários e 0 (zero) abstenções. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às quinze horas e quarenta minutos. Eu, José Alberto Manoel dos Santos, Conselheiro Secretário, lavro a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelas(os) responsáveis. Belo Horizonte, 19 de setembro de 2026.

Documento assinado eletronicamente por **José Alberto Manoel dos Santos**, **Conselheira(o) Secretária(o)**, em 27/10/2026, às 10:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 12, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 .

Documento assinado eletronicamente por **André Luiz Moreno**, **Conselheira(o) Presidente**, em 27/10/2026, às 15:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 12, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.cfp.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3125363** e o código CRC **4C6CFEDF**.